

Investimento das capitais cresce 64% no 1º quadrimestre de 2024



Tânia Villela: "Tributação no consumo passa a ser no destino, o que pode afetar a arrecadação de médias e grandes cidades"



Alberto Borges: "Evolução dos investimentos mostra que os prefeitos devem queimar mais dessas reservas em 2024"

Contas públicas Desembolso cresce 64% no 1º quadrimestre ante 2023 e mais que dobra em relação ao período pré-eleitoral anterior

Com folga de caixa, capitais aceleram investimentos

Marta Watanabe
De São Paulo

Com saldo em caixa e em ano de eleições, as capitais aceleraram os investimentos no início de 2024. O investimento agregado de 25 capitais somou R\$ 5,2 bilhões no primeiro quadrimestre deste ano, com crescimento real de 64,4% contra iguais meses do ano passado. Em relação a 2020, quando os atuais prefeitos foram eleitos, o valor mais que dobrou. Naquele ano foram investidos R\$ 2,32 bilhões de janeiro a abril. A disponibilidade em caixa propiciou o salto. No total, as capitais fecharam o ano passado com saldo de R\$ 10,31 bilhões. Quatro anos antes, ao fim de 2019, essa disponibilidade foi de R\$ 1,91 bilhões, sempre com valores atualizados pelo IPCA para maio deste ano.

O aumento dos investimentos foi generalizado entre os municípios. Das 25 capitais, os investimentos avançaram em 19. Em seis — Belém, Boa Vista, Campo Grande, Goiânia, Palmas e Salvador — o aumento ficou acima de 100% de janeiro a abril deste ano contra iguais meses de 2023. Em outras nove prefeituras a taxa de crescimento superou os 50%.

Quando se compara com igual período de 2020, a aceleração dos investimentos foi ainda mais generalizada. Das 25 capitais, a alta aconteceu em 22. O valor mais que dobrou em termos reais em 14 prefeituras — Aracaju, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Natal, Palmas, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Os dados são do portal Compará Brasil, que reúne dados dos relatórios resumidos de execução orçamentária entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional. Foram consideradas despesas liquidadas. A disponibilidade de caixa considerou recursos não vinculados após descontados os restos a pagar não processados. Macapá

não foi incluída nas comparações porque os dados observados de 2023 não estavam disponíveis até a data da extração.

Os dados mostram que os mandatos em curso foram muito favorecidos para condições de investimentos, diz Tânia Villela, economista do Compará Brasil. A disponibilidade de caixa agregada das capitais, que ficou abaixo de R\$ 2 bilhões em 2018 e 2019, período pré-pandemia de covid-19, saltou para R\$ 7,42 bilhões em 2020. O pico de saldo em caixa desse período mais recente foi em 2021, quando alcançou R\$ 19,35 bilhões.

Essa disponibilidade teve duas origens básicas, diz Villela. Em 2020, lembra, os auxílios financeiros do governo federal a Estados e municípios para enfrentar os efeitos econômicos da pandemia foram em média acima do necessário. "Houve uma surpresa com a economia no setor público, porque muitas despesas foram suspensas. Os municípios reduziram gastos porque aulas e eventos culturais, por exemplo, foram suspensos." Hoje também, lembra, até dezembro de 2021, restrição para aumentar a despesa de pessoal, o que contava o principal gasto corrente dos municípios. O gasto foi contido em um ano em que a inflação medida pelo IPCA foi de 10%, observa Alberto Borges, economista do Compará Brasil.

Parte do caixa acumulado, porém, já tem sido consumido, destaca Borges. Em 2022 a disponibilidade em caixa somou R\$ 16,65 bilhões, com queda de 13,9% em relação ao ano anterior, embora tenha encerrado em nível relativamente alto. Em 2023, terceiro ano do mandato dos atuais prefeitos, já com investimentos retomados com maior força, o caixa disponível encorrou o ano em R\$ 10,3 bilhões.

"A evolução dos investimentos mostra que os prefeitos devem queimar mais dessas reservas em 2024. Os próximos prefeitos estão longe de receber as contas em terra arrasada, mas essa realidade

de bonança não será igual no próximo ciclo, para os prefeitos que serão eleitos este ano", avalia Borges. "As capitais voltarão à vida como ela é e não terão tantos superávits financeiros."

Jefferson Passos, secretário de Fazenda de Aracaju, diz que os investimentos do município devem atingir novo recorde este ano, no total de R\$ 500 milhões, acima dos R\$ 338 milhões históricos do ano passado. Segundo dados do Compará Brasil, a capital sergipana alcançou R\$ 135,87 milhões em investimentos de janeiro a abril deste ano, com avanço de 68,5% contra iguais meses de 2023. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2020, a alta foi de 113,8%. No ano passado, destaca o secretário, os investimentos no município chegaram a 10,4% da despesa total, o melhor desempenho de Aracaju. "A expectativa é de que o indicador avance ainda mais este ano."

"Lastro para sustentar o crescimento forte de investimentos está acabando"
Gabriel Leal de Barros

Além da conjuntura que favoreceu as receitas do município, diz Passos, um trabalho de ajuste das contas permitiu movimento de investimento crescente desde 2018. Abriu-se também espaço fiscal para contratação de operação de crédito. Segundo ele, o município tinha Capex — capacidade de pagamento, que é a nota de crédito do Tesouro Nacional — C em 2017. A nota subiu para B em 2019 e dois anos depois, para A.

Os investimentos que estão sendo realizados este ano, diz Passos, contam com 40% de recursos do Tesouro municipal e os demais 60% estão sendo suportados com

operações de crédito. As obras prioritárias são em infraestrutura urbana, incluindo drenagem, pavimentação e esgotamento sanitário, além de infraestrutura de mobilidade urbana e habitação.

Em entrevista publicada no Valor no fim de maio, Luis Felipe Vidal Arellano, secretário municipal da Fazenda de São Paulo, diz que a captação de empréstimos pode sustentar os investimentos nos ciclos à frente. Em 2023, lembra ele, as operações de crédito representaram parcela pequena dos investimentos, de cerca de R\$ 300 milhões dentro de um total de R\$ 14 bilhões. Em 2024, diz ele, a expectativa é contratar ao menos R\$ 5 bilhões com o Banco do Brasil, BNDES e a Caixa.

Segundo os dados do Compará Brasil, a Prefeitura de São Paulo encerrou 2021 com disponibilidade de caixa de R\$ 8,5 bilhões, em valores atualizados. Ao fim do ano passado, o caixa fechou com R\$ 3,25 bilhões, o equivalente a 32% da disponibilidade agregada das capitais. Ainda segundo o levantamento, o município liquidou R\$ 1,8 bilhão em investimentos no primeiro quadrimestre deste ano, com alta real de 73,5% contra o ano passado e de 183,8% na comparação com 2020, sempre considerando de janeiro a abril.

O atual mandato, lembra Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, foi favorecido também pela arrecadação do início da retomada econômica em 2021, após o freio da crise sanitária em 2020. Houve, lembra, crescimento de PIB, impacto da inflação e do choque de commodities nas receitas, o que favoreceu não somente arrecadação própria como transferências de recursos dos Estados e da União.

O conjunto de fatores que resultou em "céu de brigadeiro" aos municípios ficou para trás, diz Leal de Barros. "O lastro para sustentar o crescimento forte de investimentos está acabando", diz. Ele lembra também que há risco de aumento de despesa

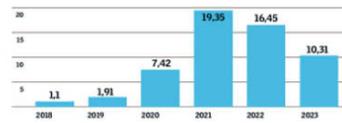
Investimentos acelerados

Valores liquidados e variações reais* - R\$ milhões

	Jan-Abr 24	Jan-Abr 24/ Jan-Abr 23 (%)	Jan-Abr 24/ Jan-Abr 20 (%)
Maceió	94,30	56,0	877,0
Rio de Janeiro	694,34	34,9	457,7
Natal	24,47	62,4	439,5
Goiânia	113,78	201,0	249,0
Boa Vista	51,00	228,6	229,4
São Paulo	1.811,99	73,5	103,8
Salvador	531,02	217,5	182,3
Campo Grande	73,81	104,4	177,2
Palmas	32,41	176,9	137,9
João Pessoa	80,10	84,1	129,2
Aracaju	135,87	68,5	113,8
Rio Branco	3,85	-10,8	106,1
Vitória	72,12	51,7	104,5
Belo Horizonte	275,95	61,8	104,1
Porto Velho	6,16	-67,5	92,9
Curitiba	76,27	10,6	87,1
Belém	126,43	109,8	84,5
Fortaleza	286,72	69,1	60,1
Porto Alegre	65,46	-15,3	50,9
Teresina	92,27	56,2	39,8
Recife	198,08	38,5	32,9
Florianópolis	90,72	-14,0	20,2
Cuiabá	43,01	-22,5	-17,4
Manaus	216,56	42,4	-20,8
São Luís	1,12	-61,3	-97,6
Total	5.199,22	64,4	123,9

Caixa cheio

Disponibilidade do total das capitais com recursos não vinculados** - R\$ bi



Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) das capitais, com elaboração do Compará Brasil (comparabilizados). **SemMunicípios que não apresentem dados até a data da extração. ***Valores atualizados pelo IPCA em maio de 2024. Descontados os restos a pagar não processados. Total sem Macapá, que não apresentou o dado até a data da extração.

correntes à frente, já que muitas vezes os investimentos contra-novos gastos obrigatórios.

Para o próximo mandato, diz Villela, um dos desafios deve vir da reforma tributária sobre consumo, cuja regulamentação está em discussão no Congresso. Em 2025, observa, os sistemas de recolhimento dos novos tributos devem ser iniciados os primeiros testes. Em 2027 e 2028, os dois últimos anos da próxima gestão, destaca Villela, já haverá transição para o novo sistema e os novos prefeitos poderão enfrentar muitas negociações para definir discussões que surgirão somente quando a reforma começar a ser implementada.

"É preciso lembrar que a tributação no consumo passa a ser

no destino, o que pode afetar a arrecadação das médias e grandes cidades", diz a economista. Ela frisa ainda que a reforma estabelece neutralidade tributária, pela qual a arrecadação com os novos tributos que virão com a forma precisam manter a receita dos tributos que serão extintos, como proporção do PIB. "Um aumento de arrecadação, portanto, dependerá do crescimento da economia."

"A reforma tributária é um dos recios quando se pensa nos próximos mandatos", concorda Passos, da Fazenda de Aracaju. "A reforma tem mecanismos para garantir receitas que precisam ser efetivadas nas leis complementares e a União precisará ter capacidade para honrá-las para evitar surpresas desagradáveis no futuro."

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Pagina: 4